

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Ata N.º 2/2018

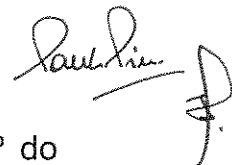
Pelas 15 horas do dia 20 de abril de 2018, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu em sessão ordinária a assembleia municipal, contando com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Maria Hermínia da Conceição Louro, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Júlio Manuel Espadinha Churro Catarino, Mónica Mota Marques, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Paulo Jorge Serra dos Santos, Paulo José E. Vitoriano de Matos, Ana Paula Almeida Guerreiro Pio, Sílvia Tibúrcio da Palma, Carlos Manuel de Matos Alexandre e José Manuel Praia Neves. -----

Registaram-se as ausências dos deputados municipais: Ana Rita Delgado Valério, Abílio Flores Mendes, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês e Helena Sofia Porfírio Domingos Tapadas de Matos, que justificaram a sua ausência e requereram a respetiva substituição. ---

Foram substituídos respetivamente por Ana Luisa Marques Carias, João da Silva Rufino, Anselmo S. Santos Fura e José Maria Pereira de Lima.

O senhor presidente da união das freguesias de Gavião e Atalaia, José Júlio Delgado Cabeça não compareceu, tendo sido substituído pelo secretário da união das freguesias, Luis José Casa Branca Martins. Também não compareceu a senhora presidente da junta de freguesia de Belver, Martina Pires Marcelino de Jesus, que foi substituída pelo secretário da junta de freguesia, Paulo José Igreja Ventura. -----

Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os senhores vereadores António Manuel Gomes Severino, Graciosa Espadinha Chambel e Jorge Marques dos Santos. -----



Antes de iniciar a ordem de trabalhos, e nos termos do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a pedido do senhor presidente da câmara, o senhor presidente da assembleia propôs a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos. -----

Assim, o ponto onze passaria a ter a seguinte redação: -----

Proposta de abertura de procedimento concursal para contratação de trabalhadores, por tempo indeterminado; -----

O anterior ponto onze - Associação Nacional de Assembleias Municipais passaria a ser o ponto doze e o ponto doze – Diversos, passaria a ser o ponto treze. -----

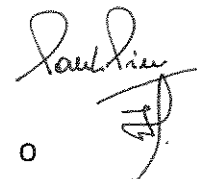
A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração proposta. -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze da ordem de trabalhos.** -----

O senhor presidente da mesa da assembleia, Paulo Manuel Alfaiate Pires, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. Antes de iniciar o período antes da ordem do dia, agradeceu a presença da senhora chefe da divisão financeira e dos membros da comissão alargada da CPCJ. Endereçou, em nome pessoal, mas também na qualidade de presidente deste órgão, desejos de melhoras ao presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia. -----

Informou que ocorreu reunião da assembleia intermunicipal da CIMAA no dia 6 de abril e a assembleia municipal de Gavião foi representada pelos senhores deputados municipais António Estevinha e Júlio Catarino. Solicitou ao senhor deputado António Estevinha que prestasse algumas informações acerca dos assuntos ali tratados. -----

O senhor deputado cumprimentou todos os presentes e informou que os assuntos fulcrais de discussão da assembleia intermunicipal foram: o empreendimento hidráulico da Barragem do Pisão, a plataforma logística



Caia – Elvas, a Coudelaria de Alter, a Cooperação Transfronteiriça, o Parque Natural da Serra de S. Mamede e a Escola de Formação da GNR. Foi também discutida e aprovada a criação do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, tendo o senhor deputado Júlio Catarino efetuado uma intervenção bastante eloquente sobre o assunto. -----

O senhor presidente da assembleia salientou que a reunião teve uma agenda ambiciosa, mas que devemos ser ambiciosos quando se trata do desenvolvimento do nosso distrito. Informou ainda que a assembleia esteve representada também no conselho municipal de educação de Gavião. O presidente da assembleia integra, por inerência, este órgão, mas o diretor do agrupamento de escolas também. Assim, ele compareceu em representação do agrupamento e a segunda-secretária, Maria Hermínia Louro, representou este órgão. Deu a palavra à deputada para prestar algumas informações sobre a reunião. -----

A senhora segunda-secretária cumprimentou todos os presentes, enalteceu o reinício das atividades do conselho municipal de educação. Informou que a reunião ocorreu no dia 11 de abril e os assuntos tratados foram: atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo, atividades de animação e apoio à família no pré-escolar, transportes escolares, projeto educativo para o triénio 2016-2019, rede escolar 2018-2019, plano de formação do Agrupamento de Escolas de Gavião; ação social escolar e o OIRE (Observatório Interno dos Resultados Escolares). -----

O senhor presidente agradeceu as informações prestadas pela deputada municipal. De seguida, informou que a assembleia municipal recebeu um convite para a Festa da Páscoa do Centro Social Berverense, tendo estado presente a senhora segunda-secretária; -----

O senhor presidente da assembleia compareceu nos seguintes eventos:

- Comemorações do 25 de Abril, da junta de freguesia de Comenda; ----
- Apresentação do projeto do Eco-Glamping. -----



De seguida apresentou os assuntos que selecionou das atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de fevereiro, março e abril de 2018. -----

Na ata da reunião realizada em **21 de fevereiro de 2018**, destacou a referência aos investimentos que decorrem do Fundo de Emergência Municipal, com especial enfoque para a recuperação do “Passadiço do Alamal”. Evidenciou também a aprovação do projeto do Eco-Glamping; a aprovação dos projetos de execução do PAICD – Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas e o tema da deposição das lamas retiradas do Tejo. Pediu o ponto de situação deste assunto. ---

Relativamente à ata da reunião realizada no dia **7 de março de 2018**, expressou a sua satisfação por ter sido vendido o primeiro lote no Loteamento Industrial de Castelo Cernado. Destacou também a importância da economia social para o nosso concelho e os apoios concedidos pelo município às IPSS. Referenciou a concessão de apoio financeiro à APFLOBEV e a informação de que a câmara municipal se dispõe a apoiar a associação apenas durante mais 3 meses. Pediu esclarecimentos sobre o assunto. Focou ainda a adjudicação das empreitadas das obras do miradouro no sítio denominado Tapada da Senhora, em Gavião e do Passadiço do Alamal. -----

Na ata da reunião realizada no dia **21 de março de 2018**, evidenciou as informações prestadas pelo senhor presidente da câmara, relativamente à transição dos bombeiros municipais para voluntários. -----

Na ata da reunião realizada no dia **4 de abril de 2018** não salientou quaisquer assuntos. -----

De seguida, deu a palavra ao senhor presidente da câmara, que começou por cumprimentar todos os presentes. Endereçou uma saudação especial a todos os membros da comissão alargada da CPCJ de Gavião e ao ex-presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Rui Vieira, presente na qualidade de membro do público. Esclareceu que a



poluição no Tejo está mais controlada. Espera que continue assim. Pensa que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente está agora muito mais atenta a esta questão. Na sessão anterior prestou esclarecimentos sobre a questão da deposição de lamas na ETAR de Gavião e, desde então, não há nada a acrescentar. -----

Relativamente à APFLOBEV salientou que a associação, nos últimos dois anos e meio, deixou de ter receitas. O município tem assumido todas as despesas de funcionamento, mas chegou o momento da associação assumir os seus próprios encargos. O município continuará a apoiar, mas não poderá ser a única fonte de financiamento. A associação apresentou candidatura aos fundos comunitários. Espera que a candidatura seja aprovada. -----

Quanto às obras adjudicadas, informou que a obra do miradouro deverá estar concluída em 240 dias e o passadiço do Alamal em 90 dias. Ambas as obras têm início previsto para a próxima semana. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu os esclarecimentos prestados pelo senhor presidente da câmara e deu a palavra aos deputados municipais. -----

Registou-se a intervenção do senhor deputado Paulo Matos, que começou por cumprimentar todos os membros da assembleia municipal, o senhor presidente da câmara e vereadores e os membros da CPCJ.----

Referiu que, sendo o mês de abril o mês da liberdade, comemora-se a efeméride que trouxe à grande maioria da população portuguesa um desenvolvimento socioeconómico que seria impensável, se tal movimento militar não tivesse acontecido. *“Relembrando esse tempo, não que o tivesse vivido, mas pelas palavras de quem o viveu, é impossível não nos lembrarmos de como o termo “povo” era arma política de arremesso entre as forças políticas. O uso do termo “povo” reclamado pelos partidos das esquerdas, dizia-se ser o povo operário que luta de sol a sol, já o povo conotado pelos partidos das direitas, seria o povo*

Paulo
F.

burgues, o explorador. Em 2018, o povo, somos todos nós, eu e tu, e cada um é livre de pensar o que quiser... e uma terceira pessoa tem no seu limite de liberdade, o dever de salvaguardar o devido respeito, entre pares. -----

Hoje, mais uma vez a assembleia municipal eleita pelo povo do concelho de Gavião, e na opinião da coligação do Partido Social Democrata (PSD) e do Partido do Centro Democrático Social (CDS), não tem dado o sinal, que quer ouvir o cidadão comum, de estar de portas abertas ao povo. Reunimos à sexta-feira às 15 horas, e digam-me, em consciência qual é o cidadão comum que pode? -----

É pois, quase sempre impossível para o cidadão gavionense, que tem o seu rendimento fruto do seu trabalho deslocar aqui, neste horário. Aliás, tanto assim o é, que até os partidos presentes nesta assembleia, em particular aqueles que estão representados por cidadãos que não trabalham diretamente para o Estado Português, em particular na administração local, em vez de poderem vir cumprir o seu desígnio de participação cívica, direito obtido pelo 25 de abril, são forçados a fazer-se substituir. -----

E agora pergunto, o que quer o Partido em maioria tanto na câmara como na assembleia municipal? Quer uma alternativa democrática que pode ajudar a criar consensos, ou quer uma oposição radicalizada porque se vê amputada no cumprimento dos seus deveres? -----

A bem do povo, o povo gavionense, não deveríamos todos nós escolher a primeira opção? -----

E deixa-me mais uma vez reforçar, o Povo gavionense, sou eu, és tu. É o cidadão que tem o seu trabalho em Gavião, É o cidadão migrante que trabalha Mafra, É o cidadão migrante que trabalha em Castelo Branco, É o cidadão migrante que trabalha em Lisboa, É o cidadão emigrante que trabalha na Suíça. -----



Caros e Caros membros da Assembleia, este impedimento, de sermos uma alternativa democrática vai mais longe, esta reunião convocada ao abrigo da lei, não teve na sua génese todos os condicionantes que a dotem da competência legal indiscutível, e se alguém aqui, ou alguém de fora, intentar questionar sobre a validade jurídica dos atos e votações que vão aqui ocorrer, será legítimo, pois fomos nós que nos colocamos à sua mercê. Para uma alternativa democrática, apreciar documentos não é receber meramente um conjunto de folhas com mapas contabilísticos, é avaliar a trajetória, é avaliar os indicadores económicos e financeiros, é ajudar que quem governe, governe melhor, é essa a nossa opinião, pois sempre foi essa a nossa atitude. Termino, dizendo eu que decidimos estar aqui hoje, porque entendemos que não somos oposição, somos a alternativa democrática, que quer contribuir para o futuro gavionense.” ---

O senhor presidente da mesa da assembleia agradeceu a intervenção, que tocou em três níveis: o tributo ao 25 de abril, um sentimento, reincidente, relativamente ao agendamento das assembleias municipais nas sextas-feiras à tarde e uma referência ao envio dos documentos. ----

Relativamente ao tributo, todos os deputados municipais comungam desse sentimento. Relativamente ao agendamento da assembleia, a participação do público é uma falsa questão, porque se forem consultadas as atas da assembleia de há vários anos, verifica-se que as sessões raramente contam com a presença de público. Acha que esta é uma questão meramente política. Mas, tal como referiu, a propósito do 25 de abril, o povo deu ao Partido Socialista a maioria e a legitimidade para propor o regimento, que foi aprovado. Salientou ainda que, quando as sessões aconteciam aos sábados à tarde, os deputados municipais do PSD também faltavam e pediam substituição. Por isso as listas têm suplentes. Tem sido coerente e tem marcado as reuniões para as sextas-feiras, tal como consta no regimento aprovado. Quando for o seu partido ou coligação a presidir à assembleia, poderá escolher outro dia.



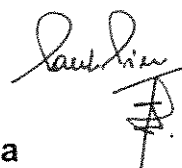
Considerou que às 15 horas, os membros estão mais despertos. Em alguns concelhos reúnem a horas tardias e os deputados demonstram grande cansaço e pouca energia para decidir assuntos importantes para o respetivo município. Todos os grupos municipais são livres e a mesa respeita as diversas opiniões, mas o respeito deve ser mútuo. Afirmou que irá continuar a respeitar o que consta no regimento. E, se o povo não concordar, nas próximas eleições terá a oportunidade de o demonstrar. --
Relativamente à remessa dos documentos, pede desculpa por não terem sido remetidos atempadamente. Mas numa autarquia pequena, como a nossa, os técnicos têm diversas competências e tarefas a desempenhar e, por vezes, não é possível cumprir os prazos. Apelou ao bom senso dos membros, pela dignidade deste órgão, que deve estar acima de quaisquer quezílias políticas. Assegurou que fará todos os esforços para que, futuramente, a documentação seja enviada com a antecedência legalmente definida. -----

Registou-se ainda a intervenção do senhor deputado António Estevinha, que felicitou o executivo municipal pelo excelente programa comemorativo do 44.º aniversário do 25 de abril. Apelou à participação de todos os deputados municipais, salientando que o epicentro das comemorações ocorre num feriado nacional. -----

Não se registando mais intervenções, o senhor presidente da assembleia deu início à ordem de trabalhos. -----

PONTO UM = apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior; -----

O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais: João Rufino, Ana Luísa Carias, Paulo Ventura e Luís José Martins, por não terem estado presentes na respetiva reunião. -----



PONTO DOIS = informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo - alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A senhora segunda-secretária leu o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 19 de abril de 2018, que apresentava um saldo de 695.727,50€ (operações orçamentais – 576.917,70€ e operações de tesouraria – 118.809,80€). -----

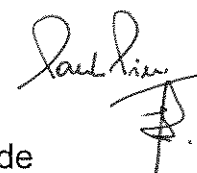
Salientou que a situação financeira do município é estável e controlada. Desde os incêndios de 2017 que vem sendo feito um enorme esforço de contenção porque algumas intervenções têm sido feitas com recurso exclusivo ao orçamento municipal. -----

O senhor presidente da mesa deu a palavra aos deputados municipais para colocarem as questões que entenderem necessárias. -----

Não se registou qualquer intervenção. -----

PONTO TRÊS = relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; -----

O senhor presidente da assembleia passou a palavra à presidente da CPCJ, Paula Pessoa, que começou por cumprimentar todos os deputados municipais, o executivo municipal, a chefe da divisão financeira e os restantes elementos da CPCJ. Informou que em abril se celebra o mês da prevenção dos maus tratos na infância. Enalteceu o apoio logístico e financeiro que o município concede à CPCJ. Salientou que a apresentação pública da síntese do trabalho desenvolvido pela comissão à assembleia municipal é obrigatória. Mas a CPCJ tem feito essa apresentação também nas assembleias de freguesia. De seguida, passou a palavra à secretária da comissão, Marta Alves, que começou por apresentar os elementos que constituem a CPCJ de Gavião, comissão alargada e comissão restrita. Informou que no ano 2017, foram iniciados 15 processos, transitaram 9 de 2016 e foram arquivados 15 processos. No final do ano o total de processos em acompanhamento era de 9. Relativamente às tipologias das problemáticas, a maior parte dos casos foi motivada por exposição a comportamentos desviantes. A entidade que sinalizou o maior número de casos foi a GNR. Apresentou a



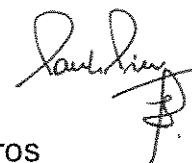
distribuição por idade e sexo. Quanto às medidas aplicadas, 12 foram de apoio junto dos pais, 2 de apoio junto de outro familiar, 1 de apoio para a autonomia de vida. Em termos de evolução global, os meses de agosto e setembro são sempre os meses com mais problemas. O volume processual por freguesia foi de 14 na união das freguesias de Gavião e Atalaia, 8 na freguesia de Comenda, 2 na freguesia de Belver e 0 na freguesia de Margem. Apresentou as principais atividades realizadas durante o ano (2017). Esclareceu que todos podemos comunicar as situações de perigo e informou os contactos da CPCJ. Terminou com a frase de Nelson Mandela "*Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade, do que a forma como esta trata as suas crianças*". -----

O senhor presidente da assembleia enalteceu o trabalho de qualidade realizado pela CPCJ de Gavião, que conhece bem como diretor do agrupamento de escolas. A maior parte das crianças acompanhadas pela comissão frequentam o agrupamento. O agrupamento também tem crianças residentes na união das freguesias de Alvega e Concavada e quando há problemas com esses alunos, verifica que o acompanhamento é muito diferente. A CPCJ de Gavião faz um acompanhamento mais presente. Felicitou a presidente da CPCJ pelo trabalho desenvolvido. É uma causa importante, que merece o empenho ativo dos seus membros. Sem este acompanhamento os problemas não teriam as soluções pacíficas que têm tido. Agradeceu a apresentação do relatório e o trabalho altruísta de todos os membros. -----

PONTO QUATRO = Bombeiros Municipais de Gavião; -----

O senhor presidente da assembleia passou a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

O senhor presidente da câmara salientou que apesar de a corporação de bombeiros de Gavião ser municipal a maior parte dos seus elementos são voluntários. O quadro de pessoal do município não inclui lugares de bombeiro. Tem-se verificado uma discriminação negativa do corpo de bombeiros que, por serem municipais, não têm sido contemplados com apoios financeiros e de equipamentos disponíveis apenas para voluntários. Assim, no passado dia 12 de abril foi constituída a Associação Humanitária de Bombeiros de Gavião. Obviamente que o município manterá o apoio financeiro aos bombeiros e será formalizado contrato de comodato para transferência dos bens. Informou que ele próprio encabeça a comissão instaladora. O executivo municipal



deliberou emitir parecer favorável à criação deste corpo de bombeiros voluntários. Salientou ainda que o presidente da câmara municipal será sempre o responsável máximo pela proteção civil no concelho. Espera que em junho já seja apreciado pela assembleia a proposta de transferência de bens para a associação, a título de comodato. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as informações prestadas sobre um assunto que mexe muito com a comunidade gaviionense. Deu a palavra aos deputados. -----

O senhor deputado Paulo Matos afirmou que concorda com a atitude. Na sua opinião, vai ser resolvido um problema de há 3 mandatos, que prejudicava as contas do município. -----

PONTO CINCO = apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – 2017, nos termos da alínea l) do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O senhor presidente da assembleia deu a palavra ao senhor presidente da câmara que começou por enaltecer o trabalho desenvolvido pela divisão financeira. Tecnicamente este é um documento de extrema qualidade, que cumpre a legislação em vigor. Foi elaborado ainda os termos do POCAL. No próximo ano espera que já seja nos termos do SNC-AP. Salientou que a atividade desenvolvida correspondeu aos objetivos estabelecidos. A taxa final de execução foi de 77,80%, o que traduz um grande esforço de investimento. O Quadro Comunitário teve um grande atraso. Algumas candidaturas já foram aprovadas e outras estão em fase final, próximas da aprovação. Relativamente ao relatório de gestão, evidenciou a aposta na operacionalidade dos bombeiros, conservação do parque escolar, aquisição do antigo seminário de Gavião, apoio às juntas de freguesia, manutenção dos percursos pedestres, informação turística (instalação de painel informativo na sede de concelho e aquisição de aplicação móvel). Foram mantidos os apoios aos munícipes: devolução de 5% do IRS; fixar o IMI na taxa mínima permitida; não aplicação de derrama. E também permaneceu a aquisição dos cadernos de atividades do 1.º ciclo, uma vez que o ministério da educação ofereceu os manuais, participação na aquisição dos manuais do 2.º e 3.º ciclos, alimentação do pré-escolar e 1.º ciclo. Nos



fundos comunitários, aguardam aprovação as candidaturas de prolongamento de esgotos nas Torres, remodelação da piscina municipal, Miradouro da Tapada da Senhora, recuperação de três fornos, incubadora de empresas não tecnológicas e PAICD. Decorrentes de candidaturas aprovadas, foram implementados: o programa “Aprender +” e a internet livre em diversos locais do concelho. As candidaturas ao FEM – Fundo de Emergência Municipal aguardam aprovação. Foi informalmente informado que a comparticipação será de 100%. -----

Nas despesas correntes, as despesas com pessoal assumiram 43,30% e as despesas com aquisição de bens e serviços 45,46%. Verificou-se um aumento das despesas correntes, decorrente do fim do congelamento dos salários dos funcionários públicos. Salientou que o município não teve pagamentos em atraso superiores a 90 dias. Relativamente aos recursos humanos, o município tinha, em 2017, 114 funcionários, incluindo 25 assistentes operacionais do agrupamento de escolas. -----

O senhor presidente leu o relatório do ROC, que reconhece que foi feito um esforço para atualizar o inventário. -----

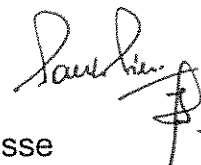
O senhor presidente agradeceu a apresentação do senhor presidente da câmara e deu a palavra aos deputados municipais. -----

O senhor deputado António Estevinha enalteceu a prestação do executivo municipal. Salientou que o ano 2017 foi um ano muito difícil e os incêndios que afetaram o concelho traduziram-se num enorme aumento da despesa. Referiu ainda que, apesar de ter sido um ano de eleições, é visível o sentido de responsabilidade no gasto do dinheiro público. -----

O senhor deputado Paulo Matos começou por afirmar que não teve tempo para preparar a análise destes documentos como gostaria. Felicitou os trabalhadores municipais que elaboraram a prestação de contas. Sublinhou que, tal como consta no relatório do ROC, foi feito um esforço para atualizar o valor de imobilizado, mas esta tarefa não está concluída. E só quando estiver concluída poderá haver uma noção real dos rácios. Este valor, nos últimos anos, estava bastante inflacionado. Espera que no próximo ano o valor esteja realmente atualizado. Salientou que no ativo circulante – produtos e trabalhos em curso, o valor manteve-se igual ao dos últimos anos. Pensa que a justificação seja as zonas industriais e os loteamentos urbanos. Na rúbrica – dívidas a fornecedores - houve um incremento de 100 mil euros e não percebe a causa. No relatório de gestão de contas, conta 2.4.2. (ordenamento do território) a dotação inicial foi de 195.300,00€, a dotação final de 52.600,00€ e a realização de 27.000,00€. Questionou a justificação. Na

conta 2.5.1. (cultura) a dotação inicial foi de 346.000,00€, a dotação final de 555.000,00€ e a realização de 523.000,00€. Pede explicação. Relativamente às funções económicas, manifestou o seu agrado, por saber que o município vai apoiar a iniciativa privada. Mas apurou um valor gasto de 200.000,00€ e considera esse valor muito baixo, quando se pretende incrementar o emprego. Nos bens do domínio público, sabe que foi comprado o seminário e acha que isso é muito bom. Mas o valor gasto foi muito alto. Questionou a que obras diz respeito. Enalteceu a humildade do senhor presidente ao reconhecer que não houve fundos comunitários, nos últimos 3 anos. Lembrou que no discurso do 25 de abril do ano anterior disse que vinham aí os fundos comunitários. Afirmou que gostava de o ver na assembleia da república a bater-se pelos fundos comunitários. -----

O senhor presidente da câmara sublinhou que na cultura houve um acréscimo de 200.000,00 €. Mas reconheceu que a câmara municipal não precisa de manobras dilatórias para conseguir resultados eleitorais. O seminário foi adquirido com verba da rúbrica da cultura. Também o Centro do Vale da Madeira foi pago com verba dessa rúbrica. Nos bens do domínio público estão incluídas intervenções nas estradas e caminhos municipais, Alamal, ponte da Fonte do Lagarto e Ribeira da Venda. Também estão incluídas intervenções no Núcleo Museológico das Mantas e Tapeçarias de Belver e outras obras de conservação dos edifícios municipais. A câmara municipal foi racional nos gastos, procurando sempre manter o equilíbrio financeiro. Afirmou ainda que no seu discurso do 25 de abril vai voltar a criticar o PSD, porque os fundos comunitários estavam “baralhados” e o PS teve que ordenar e regular estes apoios. Espera que o senhor deputado assista às cerimónias, o que nem sempre acontece. Lembrou que o governo do PSD inventou o mapeamento das necessidades das infraestruturas. O Centro Social de Margem, com 30 utentes, não tem capacidade para se autossustentar e não estava nesse mapeamento, apesar de necessitar de aumentar a sua capacidade para se tornar sustentável. Esse levantamento estava feito de forma a que apenas os grandes municípios se pudessem candidatar. O Município de Gavião apresentou candidatura aos Contratos de Desenvolvimento Local e não teve aprovação. Mas as candidaturas dos municípios de Castelo de Vide, Marvão, Sousel e Arronches foram aprovadas, curiosamente autarquias do PSD. Assim, no dia 25 de Abril, o dia em que serão usados os cravos vermelhos na lapela vai voltar a criticar o PSD. Lembrou que o senhor deputado, enquanto vereador do



PSD se recusou uma vez a usar o cravo, porque não se revia nesse símbolo. -----

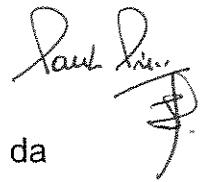
Depois de apresentados os documentos, pelo senhor presidente da câmara, foram colocados os mesmos a votação tendo sido deliberado: --

- Apreciar favoravelmente o **inventário** de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. Aprovado por unanimidade. -----

- Aprovar a **prestação de contas**, cujo resultado líquido negativo assume o valor de - 10.791,98€. Em virtude do resultado líquido ser negativo, aprovar a sua tramitação para a Rúbrica e Conta 59 – Resultados Transitados no mesmo montante. Aprovado por maioria, com as abstenções dos deputados municipais Paulo Matos e Anselmo Fura. – O senhor deputado Paulo Matos apresentou declaração de voto, salientando que não dispôs do tempo necessário para analisar convenientemente os documentos. -----

A assembleia municipal tomou ainda conhecimento que, nos termos previstos no número 5 e 6 do artigo 82.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para o ano 2018), atendendo a que o Município se encontrava a cumprir a 31 de dezembro de 2017, com o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, conforme se demonstra pela Ficha do Município divulgada pela DGAL, relativa ao 4.º trimestre de 2017, após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites o **Município de Gavião ficará excluído do âmbito de aplicação da Lei n.º8/2012**, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual. -----

PONTO SEIS = apreciação e eventual aprovação da 2.ª revisão ao orçamento 2018 e GOP; -----



O senhor presidente da câmara fundamentou e apresentou os valores da 2.ª REVISÃO ao ORÇAMENTO 2018 no valor de 96.000,00€ e GOP no valor de 96.000,00€. -----

Depois de apresentados os documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados, os documentos foram colocados a votação, tendo sido aprovados por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou se a introdução de valores a 100% nas GOP tem a ver com a comparticipação dos projetos candidatados ao FEM. -----

O senhor presidente da câmara informou que não. As contas foram feitas com a comparticipação a 60%. Se a comparticipação for de 100% essa verba poderá ser aproveitada para outros fins, como a limpeza de bermas, taludes e caminhos municipais, por exemplo. Este ano há várias imposições legais, nesse âmbito. Assegurou que não será por desleixo da câmara municipal que essas determinações não serão cumpridas. Informou que há candidatura ao Fundo Florestal Permanente, para esse fim, que já foi aprovada. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou se estava a ser incluído um conjunto de obras porque poderá haver dinheiro remanescente. -----

O senhor presidente da câmara informou que tem apenas a ver com candidaturas apresentadas e têm que ser criadas as rúbricas. -----

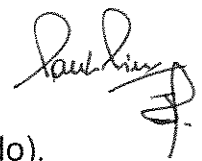
Após a votação deste ponto, registou-se a saída do deputado José Maria Pereira de Lima, não tendo participado na votação dos pontos seguintes.

PONTO SETE = apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, da assunção de compromissos plurianuais; -----

- Aquisição de serviços de locação de equipamento de som e iluminação para as diversas atividades a realizar em 2018 e 2019. Despesa prevista para 2018 – 29.304,78€ (IVA incluído) e para 2019 – 29.304,78€. Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de diversos bens/materiais em regime continuado durante os anos de 2018 e 2019, para a divulgação das diversas atividades a realizar em 2018 e 2019. Despesa prevista para 2018 – 43.129,27€ (IVA incluído) e para 2019 – 43.129,27€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços para elaboração do Projeto de Execução de Incubadora de Empresas Não Tecnológicas. Despesa prevista para 2018



– 62.180,19€ (IVA incluído) e para 2020 – 6.908,91€ (IVA incluído).
Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de peças para a frota de máquinas e viaturas, em regime contínuo até fevereiro 2020. Despesa prevista para 2018 – 15.375,00€ (IVA incluído), para 2019 – 18.450,00€ (IVA incluído) e para 2020 – 3.075,00€. Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços para elaboração do Projeto de Execução de Reabilitação da Escola Primária de Degracia Cimeira para instalação do Centro Interpretativo dos Percursos Pedestres e Centro BTT. Despesa prevista para 2018 – 26.612,25€ (IVA incluído) e para 2020 – 3.290,25€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços de manutenção do elevador do Edifício dos Paços do Concelho, por um período de 24 meses, a contratar a “ThyssenKrupp Elevadores, S.A.”. Despesa prevista para 2018 – 137,88€ (IVA incluído), para 2019 – 827,30€ (IVA incluído) e para 2020 – 689,41€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços de carácter geral de mão-de-obra de eletricitista-auto (690 horas até 28/02/2020), a contratar a “João Pedro P. Estrela Borrego”. Despesa prevista para 2018 – 8.840,60€ (IVA incluído), para 2019 – 10.608,72€ (IVA incluído) e para 2020 – 1.768,18€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços de internet + conectividade + voz sob ligação de fibra ótica para o Castelo de Belver, Agrupamento de Escolas de Gavião e Posto de Turismo de Gavião. Despesa prevista para 2018 – 2.029,01€ (IVA incluído), para 2019 – 3.043,51€ (IVA incluído) e para 2020 – 1.014,50€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

A assembleia municipal deliberou também, por unanimidade, emitir autorização prévia para a recalendarização dos seguintes compromissos plurianuais: processo de aquisição n.º 291/2008 – Avaliação Ambiental da Revisão do PDM de Gavião; processo de aquisição n.º 173/2010 – Aquisição de Estudo de Caracterização de Integração das Ribeiras de Margem, Alferreireira e Barrocas na Rede Natura 2000; concurso n.º 273/2015 – Vistoria final a Posto de Abastecimento; Concurso n.º 42/2015 – Projeto de Execução do “Reordenamento de Trânsito e Estacionamento na Rua 23 de Novembro e beco das Piscinas em Gavião”; concurso n.º 116/2015 – Projeto de Execução das “Piscinas Descobertas de Gavião”; concurso n.º 359/2015 – Elaboração do Código Regulamentar; concurso n.º 118/2014 – Revisão do Regulamento e Tabela de Taxas; concurso n.º 117/2015 – Projeto de Execução do “Parque de Feiras e Mercados, circuito de manutenção do Vale



Salgueiro”; contrato n.º 473/2015 – Delimitação de Reserva Ecológica Nacional – execução técnica dos trabalhos; contrato n.º 474/2015 - Delimitação de Reserva Ecológica Nacional – coordenação científica; Elaboração do Projeto de Execução da Requalificação Urbana de Gavião – Construção do Miradouro no Sítio Denominado Tapada da Senhora, em Gavião e arranjo urbanístico de espaço envolvente (Largo N.ª Sr.ª dos Remédios); Criação de Imagem Corporativa e elaboração dos projetos de reabilitação de um conjunto de casas no Bairro Tropa, em Belver; Elaboração do Projeto de Execução da Melhoria do Comportamento Térmico e Eficiência Energética do Edifício das Piscinas Municipais; contrato n.º 29/2017 – Revisão, Atualização e Conclusão da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Gavião; contrato n.º 30/2017 – Elaboração dos Projetos de execução de Reconstrução de Sete Edifícios em Gavião e Elaboração de Projeto de Execução de Reabilitação de Espaço Público no Bairro Cadete; Pedido Interno – Elaboração, Submissão e Acompanhamento de Duas Candidaturas Relativas às Operações Previstas no PAICD de Gavião, concurso n.º 76/2016 – Plano de Pormenor do Pico da Roça; Ajuste Direto n.º 17/2017 – Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas; contrato 2016/1 – Procedimento de Exceção: Reomologação da Cartografia da Cartografia SCN2K do Aglomerado de Gavião – CIMAA. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou se a revisão do código regulamentar vai ser concluída este ano. E mostrou o seu agrado por o PDM entrar finalmente em discussão pública. Questionou ainda como vai ser feita a seleção dos beneficiários para as sete habitações. -----

O senhor presidente da câmara manifestou também a sua preocupação relativamente à revisão dos códigos regulamentares, porque se arrasta à demasiado tempo. O procedimento decorre no âmbito da CIMAA e espera que se conclua este ano. Relativamente à revisão do PDM, o processo estava adjudicado. A empresa faliu e a câmara municipal chegou a acordo com a empresa. Foram pagos os trabalhos que já estavam feitos e a empresa entregou esses trabalhos à autarquia. Havia também pedidos de pagamento de dívida às finanças, que tiveram que ser pagos pelo município. Quanto ao PAICD, foi formalizada candidatura de recuperação de casas que são propriedade da Santa Casa da Misericórdia. Foi formalizado contrato de comodato por 50 anos. Inclui também a recuperação de um espaço público, no Bairro Cadete, onde estava instalada a casa pré-fabricada. Assume um total de 386 mil euros. Aguarda-se a disponibilização da verba para dar início às obras. -----



O senhor deputado Paulo Matos questionou ainda a situação da antiga escola da Degracia, porque há cerca de 3 anos a empresa que executou os percursos pedestres solicitou a cedência do imóvel para instalação da sua sede. -----

O senhor presidente da câmara informou que a empresa não teve condições para fazer as intervenções a que se tinha proposto. O Centro Interpretativo que se pretende instalar naquele espaço, tem como objetivo criar um espaço de apoio para os praticantes de BTT e utilizadores dos percursos pedestres. -----

O senhor deputado municipal questionou ainda se na contratação do electricista auto foi contactada alguma empresa do concelho. -----

O senhor presidente da câmara salientou que sempre foram privilegiadas as empresas do concelho. Mas infelizmente não há empresas que possam satisfazer as necessidades do município nesta área. Salientou ainda que o CCP dificulta o acesso das empresas do concelho, a assegurar o fornecimento de bens e serviços ao município. -----

A assembleia municipal deliberou, ainda, aprovar a anulação da autorização prévia, dos seguintes compromissos plurianuais: -----

- Aquisição de serviços de acesso à internet por fibra ótica para o Castelo de Belver, por um período de 24 meses, a contratar a "BLU, S.A.". Despesa prevista para 2018 – 847,22€ e para 2019 – 847,22€. Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços de acesso à internet por fibra ótica para o Posto de Turismo, por um período de 24 meses, a contratar a "BLU, S.A.". Despesa prevista para 2018 – 293,72€ e para 2019 – 293,72€. Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços de acesso à internet por fibra ótica para o Agrupamento de Escolas, por um período de 24 meses, a contratar a "BLU, S.A.". Despesa prevista para 2018 – 1.164,56€ e para 2019 – 1.164,56€. Aprovado por unanimidade. -----

PONTO OITO = relatório de análise de propostas do procedimento para contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de um conjunto de obras; -----

Depois de analisado o documento e prestados todos os esclarecimentos solicitados, a assembleia municipal deliberou por unanimidade aprovar o relatório de análise de propostas e adjudicar a contratação do empréstimo à "CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO NORTE ALENTEJANO, C.R.L" no valor de 1.472.000,00€ com a taxa anual efetiva global (TAEG) de 1,022%. -----



PONTO NOVE= aprovação da minuta de contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de um conjunto de obras; -----

A assembleia municipal deliberou por unanimidade, aprovar a minuta do contrato de empréstimo e a assunção do compromisso plurianual associado, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

PONTO DEZ = alteração ao mapa de pessoal; -----

Depois de apreciada, a proposta de alteração ao mapa de pessoal foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

PONTO ONZE = proposta de abertura de procedimento concursal para contratação de trabalhadores, por tempo indeterminado; -----

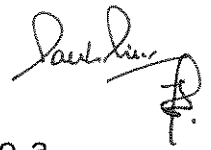
Depois de analisado o assunto e prestados os esclarecimentos solicitados, a assembleia municipal deliberou por maioria, com a abstenção do senhor deputado Paulo Matos, aprovar a abertura de procedimento concursal para contratação de trabalhadores, com vista à ocupação de 5 postos de trabalho, em regime de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (2 assistentes operacionais para o serviço de cultura, desporto e recreio; 1 assistente operacional – calceteiro; 1 assistente operacional – carpinteiro; 1 assistente operacional – serralheiro). -----

PONTO DOZE = Associação Nacional de Assembleias Municipais; ---

O senhor presidente da assembleia recordou que no mandato anterior foi deliberada a adesão à ANAM. Foi também aprovado o pagamento da quota a pagar (1.000,00€ para municípios de pequena dimensão). A associação tem vindo a ser implementada e no próximo dia 19 de maio vai decorrer o congresso, em Mafra. Informou que irá participar em representação da Assembleia Municipal de Gavião. -----

No encontro nacional em que participou foi deliberado que os presidentes distribuiriam o decálogo das assembleias municipais, aprovado em Mirandela em 06/04/2013. De acordo com essa indicação, passou a entregar cópia do documento a todos os membros. -----

PONTO TREZE = diversos. -----



O senhor presidente da assembleia começou por registar com apreço a nova decoração (mobiliário e equipamento) da sala de sessões. Salientou a importância de haver condições para se trabalhar com dignidade. De seguida, deu a palavra aos deputados municipais. -----

O senhor deputado Paulo Matos afirmou ter verificado que a APP do município não está operacional. Questionou se é um problema geral. -----

O senhor presidente esclareceu que o problema se verifica apenas nos telemóveis Apple. Nos Android e IOS não tem havido problema. Mas se não se conseguir resolver o problema, poderá ter de se encontrar outra alternativa. Passou a palavra ao senhor vice-presidente que tem acompanhado este assunto. -----

O senhor vice-presidente esclareceu que há um problema na migração dos dados, que a Apple não está a conseguir resolver. Este problema é comum a outros municípios. A Apple informou a empresa que o problema será resolvido dentro de 15 dias. -----

O senhor deputado Paulo Matos sublinhou que verificou que existem problemas também nos equipamentos Android e IOS. -----

O senhor presidente da assembleia referiu que no acesso à internet livre torna-se incómodo ter que responder sempre às três questões. Questionou se há uma forma mais fácil de aceder. -----

O senhor vice-presidente esclareceu que o acesso à internet livre foi objeto de candidatura e um dos objetivos candidatados era conhecer as características de quem nos visita. Por isso têm sempre de ser respondidas as três questões. -----

O senhor deputado Paulo Ventura, representante da Junta de Freguesia de Belver, informou que a assembleia de freguesia de Belver, em reunião realizada no dia 13 de abril, deliberou que o representante da freguesia na assembleia municipal questionasse: -----

- Qual o número de horas de máquina de rastos na freguesia; -----



- Quando será executada a limpeza da charca da Teixogueira (esperando que seja antes de iniciar a época de incêndios); -----
- Solicitar cópia da candidatura ao FEM, para tomar conhecimento da resposta relativa aquela freguesia. -----

O senhor presidente da câmara afirmou que percebe a preocupação, porque há muitos caminhos danificados. Salientou que nos últimos dois anos as freguesias de Margem e Comenda não beneficiaram do serviço da máquina, porque a prioridade era Belver, por causa da ZIF. Este ano infelizmente não há muito para arder. Há caminhos para recuperar e isso será feito. -----

Quanto à charca da Teixogueira, reconhece a importância daquele ponto de água. Mas nos incêndios verificou-se que o maior problema é o acesso ao local. O caminho está danificado, porque algumas pessoas acedem ao local para outros fins, que não os incêndios. Pretende-se fazer um caminho de acesso. -----

Relativamente à candidatura ao FEM, não vê qualquer problema em acederem à candidatura, que está na Divisão de Obras. Reforçou mais uma vez a informação de que a câmara municipal fez duas candidaturas para estabilização de terrenos, uma para Gavião e outra para Belver. Soube que a APFLOBEV também fez candidatura, por isso a câmara municipal reformulou a sua candidatura, para não haver sobreposição e correr o risco de serem ambas recusadas. Entretanto, a candidatura da APFLOBEV foi aprovada e a associação terá de fazer os trabalhos que constam na candidatura. Se fosse a câmara a fazer a candidatura, decerto os trabalhos já estariam a decorrer. O valor aprovado é superior à candidatura apresentada pela câmara. -----

O deputado municipal Júlio Catarino pediu licença para intervir na qualidade de responsável pelo Gabinete Técnico Florestal. Tendo sido autorizado, começou por esclarecer que relativamente às horas de máquina, não devemos esquecer que o principal objetivo é a limpeza da



floresta contra incêndios. A distribuição foi acordada com as juntas de freguesia. Salientou que em 2017 foram concretizadas 180 horas na freguesia de Belver. Há faixas que estão previamente definidas para concretizar. Não foi possível candidatar trabalhos na freguesia de Belver, por ter ardido no ano passado. O ICNF obrigou a priorizar e como ardeu uma grande percentagem da freguesia não foi possível candidatar. Salientou ainda estar disponível para prestar esclarecimentos à assembleia de freguesia de Belver. -----

O deputado municipal Paulo Ventura esclareceu que o que se pretendia limpar eram os caminhos junto às povoações, que dão acesso às hortas. Se estes caminhos não forem intervencionados, haverá cada vez mais terrenos abandonados. -----

De seguida o senhor presidente da Junta de Freguesia de Margem, José Praia Neves, interveio para apresentar um assunto de extrema importância para os seus fregueses: -----

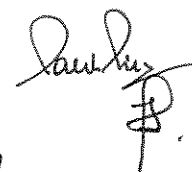
“Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Margem, sempre tenho pautado a minha ação pela discrição, pela frontalidade e pela justiça para com todos os cidadãos e instituições. -----

Não posso, pois, hoje neste espaço, onde estão representadas todas as forças políticas do concelho, deixar de dar a conhecer e manifestar a minha indignação perante algo que se está a passar na minha freguesia e que no limite, poderá extravasar o campo político e obrigar pessoas de bem tomarem atitudes de extrema gravidade. -----

Quero ainda de forma frontal e honesta dizer, que enquanto legítimo representante do Povo da Freguesia de Margem e como cidadão, tudo farei para repor a legalidade, usando todos os meios legais ao meu alcance para que isso aconteça. -----

Mas vamos aos factos: -----

- Desde tempos imemoriais, foi doado, embora sem qualquer documento escrito, à Associação Cultural e Recreativa de Margem, um espaço



destinado à prática desportiva, que todos os residentes reconhecem como "Campo da Pinheira". -----

- Para além de Futebol, jogos tradicionais e atletismo são atividades que os residentes e não só se habituaram a praticar naquele espaço; -----

- Também a existência de uma fonte reconhecida há muitos anos, com águas com qualidades terapêuticas, leva que muitas pessoas do nosso concelho e até de concelhos vizinhos procurem o espaço para transportarem água para suas casas; -----

- Importa ainda dizer que sendo um espaço público bastante acolhedor é local onde se realizam alguns convívios e piqueniques, tanto organizados pela Associação como por particulares; -----

O prédio rústico onde se encontra localizado este espaço foi recentemente adquirido pelo Sr. José Maria Pereira de Lima, empresário do ramo agrícola, com várias atividades que aplaudimos e apoiamos. -----

O que jamais toleraremos é que venha a coberto da recente aquisição, usurpar bens do domínio público, como o campo de futebol e a referida fonte, sendo atualmente campo de pastagem do seu gado, sujos com dejetos dos animais, também visíveis ao longo do regadio tradicional e da própria ribeira. -----

Mas, mais grave ainda, a vedação colocada pelo atual proprietário, cortou todos os acessos aos referidos espaços e ainda a diversas hortas de particulares e até ao próprio regadio tradicional. -----

Sr. Presidente Caras e Caros colegas: -----

Sempre me recordo enquanto cidadão e presidente da Junta de ser a Câmara e a Junta a fazerem a manutenção do Caminho, do Campo de Futebol e do reservatório da fonte, enquadrando assim os espaços na designação de espaços públicos, pese embora a inexistência de qualquer registo escrito, tudo isto, foi aceite por todos pacificamente, desde tempos imemoriais, perdendo-se mesmo na memória dos mais



antigos a fonte há mais de 70 anos o campo de futebol, e o caminho todos dizem que sempre existiu. -----

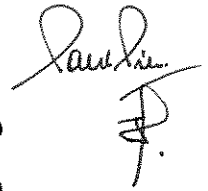
Entendi deixar hoje aqui este alerta para que todos tenham a consciência do mal-estar que está instalado na freguesia de Margem, com esta posição unilateral, tomada pelo Sr. José Maria Pereira de Lima, tentarei por todas as formas legais, repor uma situação centenária de liberdade total de acesso aos espaços e não me conformarei com a existência de vedações que impeçam o acesso a estes locais públicos e à existência de gado que para além da sujidade que provocam criam um clima de medo e desconfiança nos populares. -----

Deixo ainda um apelo ao proprietário, para que seja razoável e liberte o caminho de cercas, deixando a passagem livre e ainda que também através de cercado impeça o seu gado de pastorear livremente dentro do Campo da Pinheira e nas imediações da fonte. -----

Termino com esta nota, estarei na linha da frente de todas as ações populares que os fregueses de Margem entendam realizar em defesa do seu território e enquanto representante do povo não me responsabilizo por ações de destruição dos cercados que eventualmente possam existir. Pela freguesia de Margem e pelo concelho de Gavião". -----

O senhor deputado João Rufino afirmou estar de acordo com a intervenção do senhor presidente da junta de Margem. Apelou ao senhor presidente da câmara para ajudar a junta a resolver esta situação. Não é justo que se impeça a população de aceder a estes equipamentos e não acredito que o gado possa estar a poluir a ribeira como faz. Manifestou total apoio da CDU a esta causa. -----

O senhor deputado municipal Paulo Matos afirmou que os assuntos particulares não devem cruzar-se com o interesse da população e os deputados da coligação PSD/CDS também estão solidários com a causa.



Questionou se o campo de futebol estava incluído na parcela de terreno quando a câmara municipal aprovou o parcelamento. Se as partes não chegarem a um consenso, essa poderá ser uma questão fulcral. -----

O senhor presidente da câmara afirmou que quando o executivo municipal aprovou o fracionamento da propriedade, apenas teve acesso aos dados do prédio e à dimensão. Mas como foi referido pelo senhor presidente da junta, a população utilizava aquele campo desde tempos imemoriais. Aquele caminho faz parte do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Referiu ainda que esteve no local na última quarta-feira e o canal de rega está cheio de dejetos de animais. Além disso fica vedado o acesso a várias hortas de particulares. Há porteiras, mas está lá o gado e é perigoso. Subscrive tudo o que disse o senhor presidente da junta de freguesia de Margem. Assegurou que a população daquela freguesia pode contar com o apoio total da Câmara Municipal de Gavião. -----

O deputado municipal Júlio Catarino reforçou o que disse o senhor presidente da câmara sobre o PMDFCI e sublinhou que a rede viária é prioritária e foi aprovada pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Afirmou estranhar a preocupação do deputado Paulo Matos com o parcelamento e lembrou que o senhor José Maria Pereira de Lima não autorizou a passagem do Regadio Tradicional da Ribeira de Margem pelas suas propriedades. Por isso alguns proprietários não têm as suas propriedades com regadio na totalidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos sublinhou que o senhor deputado Júlio Catarino desviou a atenção da assembleia para o Regadio de Margem. Afirmou que a associação não tem responsabilidade pela limpeza e não o vê chatear ninguém por esse facto. O GTF também tem responsabilidade pela limpeza. Disse ainda que o Regadio de Margem nunca funcionou. -----

O senhor presidente da câmara interveio em defesa do Eng.º Júlio Catarino, afirmando que este é um dos maiores defensores do Regadio de Margem. Os trabalhos de limpeza que o GTF tem feito, foram feitos porque aquele projeto é muito importante para a freguesia de Margem. – O senhor presidente da assembleia sublinhou que a questão colocada pelo senhor presidente da junta de freguesia de Margem é importante e mereceu o apoio de todos os grupos municipais, desde o PS, à CDU ou à coligação PSD/CDS. A assembleia está solidária com a causa e estará ao dispor para o que for necessário. -----

De seguida, questionou se algum membro do **público** pretendia intervir. O senhor Rui Vieira aproveitou para agradecer à assembleia municipal, afirmando que enquanto integrou este órgão foi sempre bem recebido. Tinha várias questões para colocar, mas prefere deixa-las para uma próxima sessão, porque esta sessão já foi bastante longa. -----

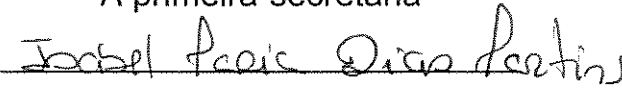
Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da mesa da assembleia municipal agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, eram vinte horas e dez minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)